

RESENHA

ANA LUÍSA MENDES DA SILVA, D. MANUEL NUNES GABRIEL. UMA VIDA CHEIA DE DOAÇÃO E SIMPLICIDADE, LISBOA: ROMA EDITORA, 2017, 173 PÁGINAS.

Carlos Alberto Alves¹

O livro, escreve na Introdução Ana Luísa Mendes da Silva, enfermeira de profissão, tem como finalidade “deixar ao mundo o exemplo de entrega e dedicação à causa Missionária” (p. 18). A escrita do livro nasceu após a autora ter visitado, durante o verão de 2014, com os filhos, o Seminário de Portalegre, local onde viveu os últimos anos “D. Manuel Nunes Gabriel [1912-1996], simplesmente o tio bispo, é assim que me lembro dele. Recordo com saudade os momentos com ele passados durante a minha infância e adolescência. Os passeios a Sintra no seu Volkswagen branco, as férias passadas na Fundada, especialmente o Natal em que se reuniam sobrinhos e sobrinhos-netos, lembro-me da construção do presépio e da missa do Galo celebrada em sua casa para a família e os vizinhos.” (p. 17).

Manuel Nunes Gabriel foi filho de agricultores católicos. Nasceu no dia 20 de dezembro de 1912, no Fouto, freguesia de Fundada, concelho de Vila de Rei, que na altura fazia parte da diocese de Portalegre, criada em 1550, e desde 1956 passou a designar-se diocese Portalegre-Castelo Branco. Com 10 anos de idade, em novembro de 1923, com ajuda do Dr. José de Oliveira Xavier, “o qual pagava as suas despesas e de outros seminaristas” (p. 21) ingressou no Seminário de Gavião (aberto em 1920 e encerrado na década de 50), onde estudou e teve conhecimento da atividade missionária no atual território angolano da Congregação do Espírito Santo e do Imaculado Coração de Maria, conhecidos também por Espiritanos. Frequentou, também, o Seminário de Cucujães e de Portalegre, onde concluiu o curso de Teologia, em 1933, com 16 valores. Como não tinha idade canónica para ser ordenado sacerdote “requereu a sua

¹ Centro de Literatura e Culturas Lusófonas e Europeias, Universidade de Lisboa, Lisboa, Portugal.

transferência para Luanda” (p. 22), onde chegou a bordo do Colonial no dia 29 de outubro de 1933, após 15 dias de viagem.

Com a Portaria de 7 de agosto de 1933, Manuel Nunes Gabriel foi nomeado auxiliar das Missões, tendo sido professor na escola anexa ao seminário de Luanda, numa altura em que a diocese de Angola e Congo tinha cerca de 119 sacerdotes, sendo 8 naturais de Angola, 22 europeus, 85 missionários espíritanos e 4 missionários beneditinos; 32 missões estavam a cargo dos missionários espíritanos e havia 1 missão a cargo das Franciscanas Missionárias de Maria e 7 missões das Irmãs de S. José de Cluny.

No ano em que Manuel Nunes Gabriel chegou a Angola, o Decreto-lei n.º 22 241, de 22 de fevereiro de 1933, aprovou a Constituição Política; o Acto Colonial, aprovado com o Decreto-lei n.º 18570, de 8 de julho de 1930, foi revisto pelo Decreto lei n.º 22 465, de 11 de abril de 1933, para substituir, no seu artigo 24.º, “missões religiosas” por “missões religiosas no Ultramar”; a segunda revisão teve lugar com o Decreto lei n.º 1900, de 21 de maio de 1935, para alterar no artigo 24.º “missões religiosas no Ultramar” para “missões religiosas católicas portuguesas”. Neste contexto, as palavras do sucessor de António de Oliveira Salazar (1880-1970), Marcelo Caetano (1906-1980), em 1935, na revista *Mundo Português*, atestam a grandeza imperial portuguesa: “A África é para nós uma justificação moral e uma *raison d’être* como potência. Sem ela seríamos uma pequena nação; com ela somos um grande país.”

Manuel Nunes Gabriel foi ordenado sacerdote, na Catedral de Luanda, no dia 7 de julho de 1935, por D. Moisés Alves de Pinho (1883-1980), bispo de Angola e Congo (1932-1940) e arcebispo de Luanda (1940-1966).

Em 1936, o padre Manuel Nunes Gabriel iniciou o acompanhamento de seminaristas, tendo sido nomeado reitor do Seminário de Luanda, onde foram formados vários sacerdotes naturais de Angola, entre os quais destacamos: Domingos Gaspar, Alfredo Osório, Manuel Franklin da Costa, Martinho Samba, Lino Guimarães, Vicente José Rafael, Alexandre do Nascimento, Joaquim Pinto de Andrade, entre outros, que foram ordenados entre 1946 e a década de 70. Segundo o depoimento do padre Augusto Farias, missionário da Sociedade Missionária em Angola, o bispo Manuel Nunes Gabriel sofreu imenso com a perseguição feita ao padre Kâmbwa “que, na sua opinião, foi o padre negro mais inteligente ordenado em Angola” (p. 151).

Antes de ser nomeado bispo de Malanje, diocese criada em 1957, durante o período em que esteve em Luanda, preocupou-se com a falta do clero, com as missões religiosas, com o ensino da população negra, dos assimilados (negros e mestiços), da população branca, com os colégios missionários e a assistência aos mais desfavorecidos, a questão os filhos de pai

incógnito e a situação socioeconómica das famílias. Mostrou igualmente a sua apreensão em relação aos monumentos históricos da “época dos descobrimentos e que muitos deles foram deixados ao abandono. Realçou a importância destes monumentos, em que a arquitectura religiosa e militar representada por algumas igrejas e fortalezas, manifestavam o génio nacional que procurou aliar sempre a Cruz de Cristo à espada do guerreiro” (p. 41).

Durante a época em que Nunes Gabriel foi bispo em Malanje, em cuja Sé Catedral foram depositados os seus restos mortais, em 2013, foi criada a escola na missão do Lombe, foram abertas novas paróquias e algumas missões católicas e chegaram novos missionários e missionárias de que a diocese tanto necessitava. Mostrou-se apreensivo com a formação de sacerdotes, com os catequistas, com o ensino das populações, a família, a escola e a catequese, assim como com a “formação integral cristã” (p. 57); realizou vistas pastorais aos distritos de Malanje e de Lunda, a Baixa de Cassange, onde “teve a oportunidade de conversar com os sobas...” (p. 63). O depoimento de D. Óscar Braga, bispo emérito de Benguela e natural de Malanje, dá conta do facto do bispo Manuel Nunes Gabriel ter evitado a “condenação à morte de muitos malanjinhos...” (p. 69).

Como arcebispo coadjutor de Luanda (1962-1966) com direito a sucessão, Nunes Gabriel visitou Maquela do Zombo, escreveu aos missionários e aos católicos uma carta sobre o Concílio Ecuménico do Vaticano II e foi também subscritor, juntamente com outros bispos de Angola, da pastoral coletiva que referiu os documentos conciliares e deu conta das responsabilidades e das novas atitudes dos católicos. Mostrou preocupação com a migração, o urbanismo, a industrialização, o materialismo, as questões de fixação da população no meio rural e a ocupação dos tempos livres. Em defesa do cónego Eduardo André Muaca, em 1966, o bispo Manuel Nunes Gabriel escreveu ao diretor da Polícia Internacional de Defesa do Estado (PIDE), criada em 1945 e que foi reorganizada, tendo estendido as suas competências ao Ultramar com o Decreto lei n.º 39749, de 9 de agosto de 1954, onde se pode ler: “Não me movem outros interesses que não sejam os da Igreja, que tenho o dever de defender e de fazer respeitar e amar à custa de todos os sacrifícios, e os do bom nome da pátria, de que tenho a honra de ser cidadão, embora dos mais modestos.” (p. 81).

O bispo Manuel Nunes Gabriel foi o sucessor de D. Moisés Alves de Pinho no governo da Arquidiocese de Luanda durante os últimos anos do Estado Novo (1966-1975), regime político que vigorou nas ex-colónias e na metrópole até abril de 1974, que fez ressurgir a ideia de império, a consciência colonial, a dilatação da fé cristã e o prestígio da pátria portuguesa. Na verdade, fizeram parte das preocupações do bispo Manuel Nunes Gabriel a questão da família, os problemas sociais, a vida espiritual e intelectual do clero, tal como a sua atualização

pastoral, teológica e missionária, a utilização dos meios de comunicação social, nomeadamente o jornal *O Apostolado* e a Rádio Eclésia, tendo feito apelos “à paz, à união, à ordem e à tranquilidade” (p. 101).

Durante o Estado Novo, foi intensificada a censura e suprimida a prática das liberdades fundamentais de associação, de expressão e de manifestação nos campos político, sindical e cultural, nas ex-colónias africanas e na metrópole. Os opositores ao regime político foram presos e exilados, situação que chegou ao fim com o 25 de Abril de 1974, altura em que foi extinta a Direção Geral de Segurança (DGS), sucessora da PIDE, com o Decreto-lei n.º 171 de 25 de abril de 1974, e o reconhecimento do direito a autodeterminação dos povos africanos, pelo Decreto-lei n.º 203, de 15 de maio de 1974, dando início ao atribulado e complexo processo que permitiu o fim da soberania portuguesa em Angola e a instauração do regime democrático em Portugal.

Como Administrador Apostólico de S. Tomé, onde, durante as visitas pastorais, abordou a questão dos trabalhadores das roças originários de Angola, Cabo Verde e Moçambique; e inaugurou algumas infraestruturas. Em 1967, altura em que foi criada a diocese de Carmona e S. Salvador do Congo (atual diocese do Uíje) tornou-se presidente da Conferência Episcopal de Angola, cargo que desempenhou até 1975. Naquele ano, com 63 anos de idade e 42 anos de presença em Angola, regressou a Portugal, vindo a ser sucedido por D. Eduardo André Muaca (1924-2002).

D. Augusto César, bispo emérito de Portalegre-Castelo Branco, é autor do prefácio do livro, onde recorda a passagem por Luanda, em 1968, proveniente de Moçambique, do diálogo que manteve com o bispo Manuel Nunes Gabriel “sobre a formação dos Seminários, à luz do Vaticano II” (p. 11).

Em maio do mesmo ano, foi expulso de Angola o missionário italiano, membro da Ordem dos Frades Menores Capuchinhos, Adalberto da Postioma, professor no Seminário de Luanda, por ter defendido que a promoção dos naturais de Angola só seria possível com o reconhecimento do direito à independência política.

Augusto Farias, noutro testemunho, destaca a humanidade, a atenção, a pobreza, e a sabedoria do bispo Manuel Nunes Gabriel, que “nas muitas vezes que vinha ou passava pela Missão nunca chegava de mãos vazias. Trazia sempre alguma coisa: uma cesta de laranjas de Kassualala, uma caixa de abacaxi da Kibala, algum livro novo que tenha chegado a Luanda” (p. 147). Manuel Honorato Antunes, missionário Claretiano, realça que as visitas pastorais que o bispo Nunes Gabriel efetuou na década de 70 a S. Tomé e Príncipe, como Administrador Apostólico, mostraram a preocupação para com os “habitantes autóctones, sobretudo aos mais

pobres, e prestou uma especial dedicação aos trabalhadores emigrantes das roças, sobretudo os procedentes de Cabo Verde, Angola e Moçambique” (p. 109).

O bispo Manuel Nunes Gabriel faleceu no dia 20 de outubro de 1996, com 84 anos de idade, após ter sido capelão do Hospital Maria Pia (atual Josina Machel), em Luanda, na década de 1980. Nessa altura, Ana Luísa Mendes da Silva, autora do livro, com 22 anos de idade, não imaginava que alguns anos mais tarde iria pesquisar, durante doze meses, em bibliotecas, para preparar o livro que realça alguns acontecimentos pouco conhecidos da vida do bispo Manuel Nunes Gabriel.

Apesar de não ter frequentado nenhuma universidade, lia imenso e foi um autodidata, “gostava da cultura e promovi-a” (p. 154), como são testemunho os livros que publicou sobre a História Eclesiástica de Angola, a biografia dos bispos da diocese de Angola e Congo, sobre a evangelização de Malanje e Caconda, considerado o berço da evangelização do Planalto Central de Angola. Outras publicações referem as igrejas construídas em Angola e no Congo até ao século XVIII, sobre a presença da Companhia de Jesus (Jesuítas) e, finalmente, sobre D. Afonso I (Mvemba a Zinga ou Zinga Mbemba), rei do Congo no século XVI.

Ana Luísa pretendia deslocar-se a Angola, mas foi aconselhada a não viajar, situação que não permitiu, por exemplo, complementar a informação recolhida na pesquisa realizada em Portugal. Esperemos, entretanto, que no futuro esta obra inspire trabalhos de investigação que possam dar continuidade ao trabalho por si iniciado. Trata-se, na realidade, de um valioso contributo para a história religiosa de Angola e de Portugal.

É um livro que aponta pistas para investigadores da História, da Ciência Política, das Ciências da Educação, da Antropologia, da Sociologia e de todos os que estão interessados em examinar de forma crítica a ação missionária católica e a política em Angola durante o Estado Novo, tendo em conta outros estudos disponíveis, de modo a aferir: a relação dos prelados católicos com as autoridades eclesiais, civis, judiciais, militares e policiais; o relacionamento dos bispos católicos com os sacerdotes, catequistas, leigos e missionários das congregações religiosas femininas e masculinas que criticaram a política colonial do Estado Novo, por um lado, e os que apoiaram a política daquele regime político, por outro lado.